

“O utilitarismo e o laicismo dificultam os debates públicos”

A opinião pública suscita continuamente controvérsias sobre questões éticas. Não é fácil chegar a acordo, pois os dilemas são difíceis e as posições variadas. Por isso, podem ser atrativas as soluções mais cómodas como o utilitarismo e o laicismo. Falámos com John Perry, professor de Ética Teológica na Universidade de St. Andrews, a mais antiga da Escócia.

Doutor em Teologia pela Universidade de Notre Dame, o professor Perry está familiarizado tanto com a ética cristã clássica, como com a filosofia política contemporânea. Tem no seu palmarés a atividade de professor na Christ Church, uma das faculdades da Universidade de Oxford, onde também ensinaram John Locke e John Rawls. Uma das suas linhas de investigação é procurar pontos comuns entre o pensamento cristão, o liberalismo político e a perspectiva utilitarista.

Bom ou mau, conforme quem o faz

- A ética clássica interessava-se pela arte de viver bem. Mas alguns pensadores atuais defendem que a pergunta pelo bem é uma fonte de desacordos nos debates públicos. Por isso, preferem centrar-se nas condições que tornam possível o pluralismo. Não lhe parece que este enfoque empobrece os debates éticos?

Sim, empobrece-os. Ora, a intuição de evitar “as grandes ideias” sobre a vida boa não é desacertada de todo. Esta intuição surgiu no século XVII, quando os desacordos sobre questões religiosas deram lugar a confrontos cruéis. Neste contexto, podemos compreender por que houve pessoas que viram a necessidade de deixar de lado as discussões demasiado sensíveis.

Então, a intuição de que a legalidade é mais estreita do que a ética é uma boa intuição. O problema é pensar que, porque algo não está proibido por lei, então é eticamente correto.

Deve-mos manter a ideia de que a ética versa sobre a vida humana, sem necessidade de pensar que toda a ética deve ser exigida por lei.

Alguns estudos recentes realizados por psicólogos morais mostram que, quando se pergunta às pessoas o que pensam sobre determinadas ações morais realizadas por estranhos, costumam responder: “Esses estranhos são livres de fazer o que quiserem, desde que não causem prejuízo direto a um terceiro”. Mas não respondem o mesmo se os que praticam essas ações são seus amigos ou familiares. E isso é porque esperam que os seus amigos e familiares não só evitem o dano a terceiros, mas que também procurem a vida boa.

Isto mostra que não perdemos o conceito de vida boa. O que não está claro para nós é como aplicá-lo aos estranhos numa sociedade pluralista.

Para chegar a um acordo, excluir os divergentes

- Paradoxalmente, na procura de um espaço público neutral e aberto a todos, os crentes costumam sair prejudicados. Uma forma de os excluir do debate é dizer que as suas crenças podem ser muito válidas para eles, mas não para o conjunto da sociedade. Que lhe parece este argumento?

Todas as crenças têm um ponto de partida. Os cristãos provavelmente começaram com a Bíblia; os muçulmanos, com o Alcorão; os utilitaristas, com a crença de que o melhor é promover a maior felicidade para o maior número possível de pessoas; os liberais clássicos, com a defesa do direito a organizar a minha vida sem interferências de ninguém...

Neste plano, todas as perspectivas são iguais: todas têm um ponto de partida que os de fora não partilham. Por isso, não faz sentido excluir do debate público uma crença ou uma ideologia só porque tem um ponto de partida particular... Porque então teríamos de excluir todas as crenças. Também não deveríamos excluir aquelas ideias que são impopulares. Porque agora defendemos toda a espécie de ideias que em tempos passados haviam sido impopulares, como a proibição do trabalho infantil, ou o voto feminino.

Quando alguns dizem que as crenças religiosas só valem para os crentes e não para toda a sociedade, deveriam ser mais precisos. Certamente, *algumas* crenças religiosas só têm sentido para os fiéis de um determinado credo. Por exemplo: não se pode exigir a todos os cidadãos que venham a cumprir os preceitos judaicos ou muçulmanos sobre os alimentos, nem o batismo cristão. Mas nem todas as crenças religiosas são assim. O importante é que cada qual seja capaz de *fundamentar* as suas convicções morais.

Utilitarismo: cómodo, rápido... e insuficiente

- Uma forma de evitar os debates de fundo é recorrer ao utilitarismo, para o qual a única coisa que conta são as soluções que produzem a maior utilidade para o maior número. Que inconvenientes gera este enfoque no campo da ética médica?

Por surpreendente que pareça, acho que os cristãos e os utilitaristas às vezes podem ser aliados. Eu, por exemplo, concordo com o utilitarismo em que a ética tem de preocupar-se por conseguir uma vida de realização, bem-estar ou felicidade. E isto já é um ponto de acordo importante! Mas o utilitarismo engana-se na forma de entender o que é o bem-estar ou a felicidade. Para o utilitarismo, a felicidade é subjetiva e monista.

É *subjetiva*, porque afirma que a felicidade depende da perspectiva de cada um. Uma pessoa é feliz quando planta um jardim, enquanto outra é feliz quando observa vídeos de animais sacrificados. O utilitarismo defende que todas as formas de felicidade são igualmente válidas.

E é *monista*, porque só admite um tipo de felicidade. Daí que todas as experiências de felicidade possam ser comparadas, tal como os preços dos carros. Andar de bicicleta proporciona-me um dólar de felicidade; ler um livro, dois dólares de felicidade, pelo que, no final, tenho três dólares de felicidade. Mas a felicidade não se pode comparar como se fossem dólares. A felicidade que me provoca a amizade com uma pessoa é diferente da felicidade que experimento ao visitar um museu. O utilitarismo pode ser cómodo para fazer escolhas – se forem verdadeiras – mas não é convincente.

Esta aparente comodidade explica por que razão o utilitarismo está a tornar-se tão popular na ética médica. Satisfaz os políticos que querem escolher facilmente a opção capaz de poupar mais dinheiro, como se estivessem a comprar um automóvel. Qual é o mais barato? Qual tem o carburador mais eficiente? É atrativo, porque aparentemente torna desnecessária a boa avaliação, a sabedoria e a prudência.

Não há direitos sem responsabilidade

- Em debates éticos, como o aborto, há quem pense que a melhor solução é a que não coarta a autonomia individual. Como professor de Ética em Oxford e Notre Dame, qual a sua experiência, ao falar deste tema com os seus alunos?

O que eu descobri ensinando estudantes jovens é que têm prioridades diferentes das dos pais. Isto vê-se claramente no debate sobre o aborto. Alguns dos meus alunos nascidos nos anos 80 ou antes podem inclinar-se a dizer: “ Se o aborto é ilegal, então o governo está-me a obrigar a ter um filho. E ninguém devia obrigar-me a isso”. Mas os meus alunos nascidos em meados dos anos 90 raramente dirão isto, porque tendem a pensar que quando uma mulher fica grávida, geralmente tem de assumir as consequências (embora admitam exceções como a violação).

Isto não significa que, por definição, os mais jovens sejam mais contrários ao aborto. Revela, sim, uma mudança de abordagem, pois entendem que os direitos estão relacionados com a responsabilidade. Não sei por que se deu esta mudança nesta geração. Mas parece-me uma evolução fascinante, a que os sociólogos deviam prestar atenção.

Estudar mudanças geracionais como esta ajuda a esclarecer os debates éticos, porque nos recorda que o que muitas vezes consideramos “valores universais” nem sempre o são. Frequentemente, damos por assente uma série de ideias talvez porque nascemos numa geração ou país determinados. Abrirmo-nos a essas diferenças pode ajudar-nos a perceber que valores pertencem realmente a uma geração ou a um país, e quais não.

J. M.

(com autorização de

www.aceprensa.pt)

Uma crítica ao laicismo vinda da esquerda

Terry Eagleton, catedrático de Teoria Cultural da Universidade de Manchester, é conhecido pela sua ideologia marxista, mas foi também um dos pensadores que com maior lucidez revelou os preconceitos e erros do “novo ateísmo”. Além disso, opôs-se à banalização do religioso que implica a proposta de religião laica do filósofo suíço Alain de Botton.

Se para a polémica dos *Ditchkins* (como denominou o duo mais famoso do ateísmo beligerante, Christopher Hitchens e Richard Dawkins), escreveu “Reason, Faith, and Revolution”

(2009), no seu novo livro, "Culture and the Death of God" (Yale University Press), expõe o fracasso das ideologias que haviam procurado banir o religioso.

Um erro da esquerda

Como acontece no seu livro "Sweet Violence: The Idea of the Tragic" (2002), pode surpreender que um pensador tão comprometido com a ideologia marxista realce a importância do cristianismo e lamente que a esquerda tenha ridicularizado o religioso. No entanto, o interesse de Eagleton pelo religioso nasceu antes das suas convicções políticas e da sua vocação como teórico da literatura.

Eagleton foi educado no catolicismo e já durante os anos 60 colaborou com a "Slant", uma revista católica mas relacionada com o ativismo de esquerda, hoje desaparecida. Desde então, a sua trajetória intelectual foi marcada por uma peculiar visão teológica e política: a sua primeira obra, por exemplo, publicada em 1970, intitula-se "The Body as Language: outline of a new left theology". Todavia, independentemente disso, Eagleton foi importante no seio da teoria literária, pois criticou duramente as posições relativistas do pós-modernismo.

Deus não tem substituto

No seu último livro, Eagleton defende que tanto as injúrias dos integrantes do Iluminismo contra o religioso, como as violentas reclamações de Nietzsche ou a atenção às funções sociais da religião, própria das últimas décadas, inscrevem-se numa narrativa filosófica que não conseguiu encontrar alternativas mundanas nem a Deus nem ao cristianismo, nem banir por completo o anseio humano pelo sagrado. O motivo na sua opinião é simples: o Deus dos cristãos é insubstituível.

O projeto de uma cultura secularizada e progressista, racional e positiva, que tornaria supérflua a função da religião e substituiria a sua utilidade moral e social, exigiu a sacralização de outros conceitos. Assim nasceram os ídolos da razão, da nação ou da ciência. Para Eagleton, os resultados foram enganadores, pois são um arremedo falacioso da religião e não têm a capacidade de responder, como o cristianismo, às inquietações existenciais do homem.

"Nenhuma forma simbólica na História" – explica Eagleton –, "igualou a aptidão da religião por relacionar as verdades mais elevadas, com a existência quotidiana de inúmeros homens e mulheres".

Una cultura elitista

Sacralizar a cultura, como defendem alguns pensadores atuais, ou certos valores políticos, como fazem outros, não

mostrou ser uma forma eficaz de assegurar a influência de princípios morais nem de garantir a sua força social. Eagleton afirma, pelo contrário, que a apropriação laicista do religioso fomentou a criação de uma cultura elitista e antidemocrática, conformista com o neoliberalismo e que, em contrapartida, alimentou a deriva fundamentalista de algumas religiões.

Depois das críticas efetuadas a todas estas manifestações secularistas, Eagleton começa a fazer de teólogo para recordar a originalidade revolucionária da mensagem cristã, desvalorizada pelas instituições religiosas ou degradada a código moral. Neste ponto, as suas ideias não são novas: herda os tópicos dos anos 60, mistura confusamente a redenção com a emancipação e parece esquivar-se ao espiritual para acentuar o político. Por outras palavras, utiliza arsenal religioso para atacar o capitalismo, a sua verdadeira besta negra.

A este propósito, John Gray, depois de referir em pormenor os acertos de "Culture and the Death of God", escreve na "The New Statesman", que o problema de Eagleton é que identifica o cristão com o revolucionário, esquecendo as diferenças políticas e históricas. E não lhe falta razão: é verdade que a conceção de Eagleton é prejudicada por um léxico obsoleto e que ensaia uma antiquada interpretação revolucionária da escatologia. No entanto, estas considerações polémicas e equivocadas não deveriam obscurecer a valiosa denúncia que faz de certo secularismo demasiado condescendente com o religioso.

J. M. C.